

Trair, omitir ou incluir? Literatura, escola e cultura(s)

Mestrando Ricardo Horacio Piera Chacón¹ (UNEB)

...

Resumo:

As principais listas de indicação de leituras literárias do país, que aparecem publicadas cada ano em *sites* como o *Brasil Escola*, têm denotado uma ausência absoluta de produções estrangeiras, a não serem as daquelas provindas de países luso-falantes. Por outro lado, a tradução de uma ampla gama de produções para jovens tem invadido as prateleiras das livrarias e dos *sites* de compra nos últimos anos, incentivados os livreiros pela grande procura dos jovens por este tipo de produção, assim como pelos mecanismos de mercado, que ‘facilitam’ e ‘impulsionam’ a chegada deste tipo de literatura aos leitores. Discute-se neste artigo a urgência de se programar na escola brasileira um plano de leituras que inclua as produções nascidas sob a luz de outros idiomas. A partir de ideias acerca da etimologia e do valor histórico-social do conceito de cultura, questiona-se a exclusividade da leitura de literatura nacional ou luso-falante (canônica) nas escolas brasileiras. De igual forma, ancorando-se em pressupostos a respeito da importância da tradução e da leitura de literatura estrangeira para a constituição de uma identidade mais em consonância com uma sociedade planetária, reflete-se não apenas sobre o valor da inclusão desta literatura no cabedal de leituras das juventudes na escola básica, mas ainda sobre os cuidados necessários a uma tradução que respeite as ideias do autor, preservando, assim, a identidade com a qual interessa entrar em contato. Destaca-se a importância do contato com outras sensibilidades, com outras visões de mundo, mediante a leitura de obras estrangeiras para jovens.

Palavras-chave: literatura estrangeira, leitura literária, identidade cultural, juventudes, tradução

1 Introdução

A cultura de um povo parece ser algo sagrado para muitos agentes implicados com a transmissão do conhecimento, paladinos da manutenção da ‘idiossincrasia nacional’. Para discutir a respeito, porém, penso ser necessário, primeiro, definir o que se entende por ‘cultura’, já que parece ser ela o miolo do problema da tradução de literatura no país. Pelo menos é o que se alega, mormente, quando da defesa da conservação da exclusividade das produções brasileiras, ou, quando muito, de língua portuguesa, nas listas de indicação de leitura de literatura elaboradas a cada ano para o Ensino Médio.

A palavra ‘cultura’, segundo Terry Eagleton (2011), deriva de ‘lavoura’ ou ‘cultivo agrícola’, denotando, portanto, uma relação com uma atividade menos espiritual do que material; só com o passar do tempo, explica o pensador inglês, é que o termo passou a ocupar lugar primordial na referência às ocupações da alma. Contudo, Eagleton (2011) encontra outra etimologia ligada à palavra *colere*, do latim, que significa ‘pegar’, que também deu origem a ‘culto’, donde a ideia de ‘cultuar algo sagrado’, que seria a colheita, sustento de homens e mulheres na Antiguidade.

Assim, a ideia a ser desenvolvida nesse artigo centra-se nestas duas acepções de cultura: lavoura e culto. No entanto, é significativo que o autor inglês chegue a referir-se à emergência, quando da ligação da lavoura material com as atividades enlaçadas ao alimento espiritual, da distinção entre Cultura e cultura. Torna-se esta distinção importante para o raciocínio que se pretende construir, pois, o seu surgimento provocará que, doravante, ‘cultura’ seja comumente ligada à ideia de ‘lavoura’ e ‘Cultura’ unicamente ao alimento do espírito.

Isto redundaria, pelo menos no ocidente ou nos países ‘ocidentalizados’, numa mentalidade que se define por uma posição geralmente estratégica, em que, de forma encoberta, e mediante uma série de argumentos validadores, se coloca a chamada Cultura, mais ligada aos grupos de poder, como a arte capaz de alimentar e/ou de traduzir o espírito de uma sociedade. À cultura, provinda das camadas mais populares do tecido social, é atribuída, pelo contrário, a pecha de mau gosto.

Contudo, estas práticas seletivas da produção ‘apta’ à indicação de leitura literária que circula nas instituições ligadas à mediação com leitores, geralmente jovens, faz-se extensiva à ideia de que o que provém de fora, do estrangeiro, de ‘outras culturas’ não é recomendável por não estar ‘culturalmente adaptado’ à realidade local .

Discutem-se aqui ideais ligadas à emergência dos Estudos Culturais; às mudanças provocadas ou ainda aguardadas, no Brasil, pelo aparecimento desse campo teórico. Abordam-se, da mesma maneira, questões ligadas ao ofício da tradução, donde o desafio de manter a originalidade de uma produção literária, tanto nas suas palavras, quanto no seu espírito. Formula-se, finalmente, o imperativo de introduzir produções estrangeiras na leitura indicada para os anos da escolaridade formal, visando menos ao empobrecimento do que ao enriquecimento do autodesenvolvimento do jovem a partir do conhecimento de outras maneiras de pensar, de organizar a vida e de sentir.

2 A chegada dos Estudos Culturais: um câmbio significativo?

Segundo Maria Elisa Cevasco (2012), a chegada oficial dos Estudos Culturais no país, marcada pela escolha do tema “Literatura Comparada=Estudos Culturais”, no Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC) em 1998, não coincide com o advento das ideias ligadas a este campo teórico, trazidas ao Brasil desde muito antes por estudiosos da Universidade de São Paulo (USP).

De acordo com Cevasco (2012), a intelectualidade brasileira começa a interessar-se no e a pensar sobre o Brasil através de três obras fundadoras desta problemática, que marcaram o fazer da *intelligentsia* nacional: *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior. Todas estas obras foram publicadas entre 1933 e 1942, meio século antes da ‘oficialização’ dada ao tema da cultura mediante as discussões que centralizaram o dito congresso da ABRALIC.

Desde a década de 1930, então, discute-se, no Brasil, a questão da cultura. Estes debates, porém, foram, na sua grande maioria, permeados pela preocupação em relação à compreensão das raízes formadoras da nacionalidade brasileira. Uma problemática voltada às origens da idiosincrasia nacional. O valor dessa geração inicial, contudo, radica no fato de terem desmitificado a retórica liberal, abrindo novos caminhos para uma reflexão acerca da necessária mudança social no país. Trata-se de um grupo de jovens intelectuais que, pela primeira vez, tentam entender o presente como resultado de processos históricos próprios a um país da periferia.

Mas, apesar de terem trazido a consciência de a literatura brasileira ter se constituído como um sistema fechado de autores, de público e de obras em resposta a uma necessidade da sociedade de possuir uma literatura própria, não conseguem avançar, nem eles nem os seus legatários, para uma discussão que entenda a literatura universal como um grande sistema feito de sistemas, tão orgânicos quanto o sistema literário brasileiro. O não entendimento deste ‘mapa literário mundial’ parece ocorrer mais precisamente via um ‘desentender-se’ da questão do que um ‘não ter noção alguma’ sobre o assunto.

Numa primeira fase, naturalmente de descobertas, de reflexões ‘no escuro’ e de uma busca por paradigmas que pudessem ‘reconstruir’ uma ideia de nação, de país, entende-se que estes estudos tenham se centrado só nas margens da literatura nacional. Após esta etapa inaugural, todavia, os temas, as questões que mobilizam os estudiosos e pesquisadores brasileiros ligados aos estudos da cultura continuam, embora de forma diversa, ligados unicamente às produções dos

grupos que conformam o tecido social do país.

Parece natural, no entanto, dentro de um país com dimensões continentais, com uma pluralidade de etnias, grupos, interesses a constitui-lo, que haja uma preocupação pelos grupos que conformam as minorias nacionais. Mais natural ainda se tomarmos, à maneira da geração de 1933 a 1942, os processos históricos como fundamentos para o entendimento do presente. Dentro da sua formação histórica enquanto nação, enquanto sociedade, o Brasil leva a marca de um país periférico, com altos índices, historicamente construídos, de exclusão social e de desigualdade.

Imperativos são os estudos de etnia, de gênero, de classe, vindos à tona com a chegada oficial e o estabelecimento dos Estudos Culturais nas universidades brasileiras. Louváveis e fundamentais são, também, os estudos do mesmo tipo levados a cabo diariamente por agentes do pensamento nacional, como os pensadores do blog *Ogum's Toques*¹, por exemplo, que não ocupam as cadeiras dos programas de pós-graduação do país, mas encontram na rede mundial eletrônica um espaço de divulgação não só das suas ideias, mas, muitas vezes, das suas produções artísticas. Tudo isto é necessário e continuará a sê-lo enquanto não houver um 'ajuste' de lugares neste país.

O advento dos Estudos Culturais no Brasil certamente trouxe uma mudança significativa no olhar, no pensar e no entender este vasto e complexo país. A inclusão dentro dos livros de estudo, a inclusão dentro das discussões, acadêmicas ou não, a luta pelo direito à compreensão, à visibilidade social são legados da instalação deste campo teórico 'importado' das alas rebeldes das universidades britânicas, pelos idos de 1980.

Uma nova minoria até pouco tempo ignorada vem, no entanto, se erguendo nas últimas décadas como um grupo de interesse para um bom número de estudiosos, principalmente acadêmicos, no Brasil: a juventude que cursa os anos da escolaridade formal. Pesquisadores cujo foco centra-se nas questões relacionadas à leitura, e à leitura literária em particular, conformam um dos grupos interessados no universo juvenil brasileiro.

Há, porém, dentro desta problemática, cada dia mais basilar, uma questão que inquieta e que parece não haver tomado um lugar de destaque dentro destas discussões: a literatura estrangeira e o fato de os seus textos, muitas vezes, não serem traduzidos ao português brasileiro; outras vezes não indicados nas listas de leitura literária das instituições ligadas à mediação com leitores jovens. Uma exclusão que permanece invisível, alimentada pelo silêncio dos corredores dos institutos de letras, dos auditórios de congressos e seminários sobre leitura.

3 Por uma idiosincrasia (inter)nacional: traduzir, uma tarefa complexa

Aindan Chambers (2006), escritor, editor e teórico da leitura, inglês, a respeito da problemática da leitura de literatura estrangeira por parte dos jovens, defende a ideia de que, ao se debater a educação multicultural, não interessa tanto identificar cada qual na sua identidade étnica, mas muito mais tirar cada pessoa de dentro da sua própria pele, levando-a por uma viagem através da vida de outro alguém, ao coração desse outro.

No encontro com uma produção literária que consiga este feito, o leitor se vê na obrigação de tornar-se 'tradutor'. A partir do seu pequeno mundo constituído na sua linguagem, o leitor de outras literaturas se deparará de frente à grande linguagem que permeia o planeta, carregada das narrativas de aqui e de acolá.

O apanhador no campo de centeio, de J. D. Salinger, *A volta ao mundo em 80 dias*, de Júlio Verne, *Laranja mecânica*, de Anthony Burgess, *On the road*, de Jack Kerouac, *Mulherzinhas*, Louise May Alcott, *Crime e castigo*, de Fiódor Dostoiévski e outras muitas produções literárias estrangeiras contêm histórias, narrativas cujos personagens centrais também são jovens, mas portadores de outros pontos de vista, de perspectivas diferentes, de uma série de atitudes e preconceitos diferentes, inclusive sobre a definição do que se considera ou não adequado para

¹ OGUM'S TOQUES. Disponível em: <<http://ogumstoques.wordpress.com/>>. Acesso em: 12 janeiro 2014.

leitura de um adolescente.

Assim, a tarefa da tradução formal, do ofício daquele que se defronta com um escrito em outra língua e se empenha no desafio de escrevê-lo na sua língua não é a única definição disponível para o verbo ‘traduzir’. Leitores são tradutores, de sentires, de olhares, de formas de se relacionar, de validar ou de rejeitar, de incluir ou de excluir, de valores materiais ou simbólicos. Ler outros mundos aprimora a palavra mundo do leitor.

Segundo Chambers (2006), ao entrar em contato com produções que são imprescindíveis, não para cada pessoa em particular, mas para a construção de uma ‘cultura compartilhada’,

Nos damos cuenta de cuánta de nuestra literatura no es ‘nuestra’ en absoluto, y cuánto dependemos del intercambio, y por lo tanto de la traducción, para que cundan la vitalidad, la riqueza y la innovación en nuestro idioma y en nuestra literatura y, por lo tanto en nuestra vida diaria. (CHAMBERS, 2006, p. 100)

Para Edgar Morin (2011), a educação do futuro – que, de muitas formas, certamente, já chegou – deveria centrar seus esforços no entendimento de uma ‘ética da compreensão planetária’. A literatura pode e deve ser um dos instrumentos – melhor seria dizer ‘caminhos’ – para esta compreensão. Sair da própria pele e ir, na metáfora de Michel de Certeau², à procura de outras peles: sentir o cheiro, a voz, o sabor, o olhar, o toque, o coração e a mente de outros meridianos e latitudes, para entender de que maneira sentem e pensam os nossos sentidos e o nosso intelecto. Ler para se divertir e ‘reparar’? Ler para repensar uma idiossincrasia, sim, porém (inter)nacional.

Todavia, é importante – para não chegar a conclusões simples nem generalizadas – frisar que o requisito da tradução para a construção de uma alteridade nesta era planetária, para a compreensão do diferente, só poderá ser completado pela exigência de uma tradução atenta, tanto às palavras quanto ao espírito do texto traduzido. Traduzir não pode ser sinônimo, na prática, de ‘adaptar’. Muitos são, portanto, os desafios de um tradutor comprometido com a cultura originária da produção traduzida.

Os problemas a serem dirimidos começam já no ato da escolha: o que traduzir? Qual a produção que vale o trabalho de um bom tradutor? Para Chambers (2006), a questão está menos na mensuração da qualidade livros do que na análise dos conteúdos que a obra posta em questão carrega ou não. Bons ou maus livros são definidos como tal a depender dos critérios de cada editor, de cada livreiro e de cada leitor. O adjetivo ‘bom’ pode caber para um livro visto pelo feliz editor ou livreiro, que conseguiram recordes de vendas com a sua tradução. Um livro pode ser ‘mau’ para o leitor que não se identifica com a sua trama por esta nada lhe dizer sobre si nem sobre os outros.

A questão da escolha das produções que ‘mereceriam’ uma tradução tem seu âmago no conteúdo, pois não há sentido algum em traduzir uma classe de livros que viria unicamente a se somar à grande quantidade da produção nacional. Não tem razão de ser a tradução de livros que, no país, já se produzem, a não ser que venham a contribuir de alguma maneira com esse gênero em questão. O interesse de Chambers (2006) está em traduzir livros que possuam uma voz e uma forma de narrar próprias, como uma marca distintiva de personalidade e de pensamento.

Finalmente, elenca o teórico inglês três motivos que poderiam afetar a tão buscada fidelidade ao texto original: as intenções educativas; a opinião preconcebida dos adultos acerca daquilo que os jovens valorizam, entendem e querem ler; e o ‘floreio’ dos textos reais.

As intenções educativas fazem uma boa tradução desandar, ao cortar, por exemplo, palavras ou trechos considerados por demais difíceis para os jovens, colocando no lugar trechos mais ‘transparentes’ por mais ‘adequados’ ao modo de pensar nacional. A censura é outra forma de que se revestem as intenções educativas, tirando ou trocando fragmentos que poderiam ferir o moral e

² Chantal Horellou-Lafarge, em *Sociologia da leitura* (página 141), traz a metáfora de Michel de Certeau, para quem, “longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos trabalhadores de antanho mas no solo da linguagem, fundadores de poços e construtores de caças, os leitores são viajantes; circulam nas terras de outrem, nômades caçando escondidos nos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para desfrutá-los”.

os bons costumes. Sobre isto é revelador o trabalho de tradutores de obras de cinema, das quais sempre acabam se perdendo ‘palavras ofensivas’, claras no original, dando a impressão de que no estrangeiro ninguém faz uso de gírias pesadas ou palavrões.

Em nome da ‘formação’ e da ‘educação’ sói acontecer também que traduções ganhem informações que não se encontravam no original, por compreender os tradutores ou editores que estas seriam requisito *sine qua non* para a sua compreensão por parte dos jovens leitores. Outra causa de traduções medíocres, a opinião preconcebida acerca dos gostos dos jovens, geralmente vem acompanhada, para Chambers (2006), por uma subestimação destes enquanto leitores.

Por último, o floreio das obras a serem traduzidas tem a ver com a ambição de muitos tradutores, que desejam obter um produto talvez um pouco mais belo e mais povoado de sentimentos nobres do que aquilo que o autor pensara originalmente. Estes três fundamentos estão na base de uma tradução sem valor, por deixar a obra, de muitas maneiras, mais ‘próxima’ dos seus leitores, ao tempo em que a distancia da sua originalidade, levando-a a uma perda da sua peculiaridade, que a fazia, em princípio, interessante para um jovem leitor estrangeiro.

Prefere Chambers (2006) ir de encontro ao instinto natural dos editores, de ‘mexer’ com o autor e deixar o leitor em paz, optando pelo caminho inverso, de ‘mobilizar’ o leitor, deixando o autor em paz. Traduzir não para trair o autor, mas para incluir novas sensibilidades dentro do repertório do leitor, seja este um jovem leitor iniciante ou um adulto já mais experiente. Certamente, aos dois beneficiará esta possibilidade de encontro com a literatura do mundo e, através dela, com o mundo e as identidades que o compõem.

Porém, tratando-se de traduções para público jovem, que ultrapassem os livros de aventuras, as sagas e os romances ao estilo autobiografia, de cujos gêneros já há uma, não vasta, mas grande produção nacional, às ideias de ‘trair’ e ‘incluir’, elencadas anteriormente, soma-se uma ideia difícil de apanhar, pela sua quase inexistência na fala e nos escritos de estudiosos e teóricos da área: ‘omitir’.

4 Uma ausência prolongada e prejudicial

Visitando a página web *Brasil Escola*, na seção dedicada aos vestibulares de todo o país, podem-se encontrar os títulos que compõem as listas de obras indicadas para cada universidade. Produções de autores como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Érico Veríssimo e outros brasileiros se repetem de lista para lista, sem novidade alguma, ano após ano. As mulheres também se repetem: Adélia Prado, Marina Colasanti, Clarice Lispector.

Os mais novos: Chico Buarque, Milton Hatoum, Affonso Romano de Santana. Os nomes, que se repetem, de autores estrangeiros, Almeida Garret, Eça de Queirós, Mia Couto, Pepetela, vem corroborar uma certeza: todos são autores portugueses ou luso-falantes. Parece não haver espaço para a literatura escrita em outras paragens, senão para as nascidas sob o amparo da ‘última flor do Lácio’. Na escola, maioritariamente, o que se lê, quando se lê, pois na maior parte do tempo a ‘mediação’ se limita a uma indicação seguida de uma avaliação, pertence ao cânone luso.

Não se quer, aqui, de modo algum, desconhecer o valor da leitura de obras produzidas pelos autores acima referidos. Tampouco se pretende insinuar que a leitura desses autores já é coisa do passado, como vem sendo dito por algumas vozes da intelectualidade nacional. Mas quando se concorda com a ideia de que, principalmente a partir da emergência da cultura e da identidade como vetores de produção de conhecimento, o interesse dos estudos literários têm se centrado nos problemas relacionados com “o acesso à voz e à representação dos múltiplos grupos sociais”³, não há razão que pareça poder justificar uma ausência tão pronunciada de autores de outras culturas,

³ Para maiores esclarecimentos, ler: DALCASTAGNÉ, Regina. Uma voz ao sol: representação e legitimidade na narrativa brasileira contemporânea. In: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 20, p. 33-77. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos>. Acesso em: 04 de out. de 2014.

portadores de outras vozes, provindas de outros grupos desta sociedade planetária, hoje.

Pensar nessas listas de indicações de leitura literária, sempre inamovíveis, traz á tona uma reflexão que poderia partir das palavras de Maria Bernadette Velloso Porto (2007), para quem o nomadismo seria um vetor privilegiado do encontro com a alteridade ao longo de diversos capítulos da história humana. Isto, pois o nomadismo favoreceria os intercâmbios de ideias, de produção de sentidos, trazendo o estranhamento ao fazer cotidiano, garantindo, assim, não a reprodução estática, mas a renovação sempre proveitosa.

O contato com o estrangeiro, segundo Porto (2007), evitaria a monotonia e a esclerose do hábito, pois a abertura para o ‘estranho’, ao se acolher o estrangeiro, acabam por integrar este elemento novo e diverso na vida cotidiana da comunidade, que o recebe, sendo por ele, concomitantemente, transformada. Desta maneira, resulta prejudicial, pois criadora de uma estagnação cognitiva, criativa e representacional da cultura e das identidades do país, esta reprodução *ad infinitum* da leitura exclusiva de expressão portuguesa.

Conclusão

Em suma, o que se pretende defender é a urgência de se pensar na possibilidade de uma inclusão, de uma abertura da paleta de opções para as leituras literárias nas escolas brasileiras. Esta abertura não significa, de modo algum, a exclusão ou, doravante, a omissão do legado deixado por autores fundadores da identidade literária nacional; tampouco a negação da leitura literária das narrativas brasileiras contemporâneas. O que se almeja é a inclusão de grandes narrativas fundadoras de outros sistemas literários pelo mundo afora, assim como das produções que vem a luz a cada dia nesta era planetária.

Talvez se tirando a couraça que protege a cultura nacional da sua possível destruição ou apagamento, encontre-se, no acolhimento de outras culturas, a criação e recriação constante de uma cultura mais ligada à ‘lavoura’, pela sua riqueza produtiva e renovadora, do que ao ‘culto’, sempre mais próximo do dogma e da rigidez que empobrece.

Necessário parece, junto com este anelo, o surgimento de novos e melhores locais de formação de tradutores, implicados com o trabalho de uma tradução que venha incluir a cultura ou as culturas nacionais no grande âmbito da cultura humana planetária. Esta tarefa, assunto para outro artigo, caberia principalmente aos centros de formação acadêmica do país.

Referências Bibliográficas

- 1] BRASIL ESCOLA. Disponível em: <<http://vestibular.brasilecola.com/blog/livros-para-os-vestibulares-2014.htm>>. Acesso em: 18 jan. de 2014.
- 2] CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- 3] CHAMBERS, Aidan. *Lecturas*. Trad. para o Espanhol Ana Tamarit Amieva. México: FCE, 2006. Título original *Reading Talk*. ISBN 968-16-8178-9, 160 p.
- 4] EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 208 p.
- 5] HORELLOU-LAFARGE, Chantal; Segré, Monique. *Sociologia da leitura*. Trad. Mauro Gama. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2010.
- 6] MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

- 7] PORTO, Maria Bernadette V. Andarilhos, vagabundos e mendigos: desvios, devires e lugares da alteridade. In: FIGUEIREDO, Eurídice; PORTO, Maria Bernadette V. (Org.). *Figurações da alteridade*. Niterói: Ed. UFF/ABECAN (Associação Brasileira de Estudos Canadenses), 2007, p. 131-159.

iAutor

Ricardo CHACÓN, Mestrando

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens

pierachacon46@gmail.com